

A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África

ANA SAGGIORO GARCIA
KARINA Y. MARTINS KATO

Resumo

A África lusófona ganhou relevância sem precedentes para a política externa brasileira com o governo Lula. O novo projeto político com ênfase nas relações “Sul-Sul” é acompanhado de um projeto econômico, que articula os interesses de grandes grupos empresariais com a transferência de políticas públicas brasileiras para esses países.

Este artigo procura sistematizar, ainda em caráter exploratório, a pesquisa de campo realizada em Angola e Moçambique, que mapeou a inserção brasileira em termos de financiamento, investimento e cooperação nos dois países.

Palavras chave: Angola; Moçambique; Cooperação Sul-Sul; BNDES; Multinacionais Brasileiras.



The story of the hunt or the hunter? Reflections on the insertion of Brazil in Africa

Lusophone Africa won unprecedented relevance to the Brazilian foreign policy with the Lula Government. The new project with an emphasis on the “South-South” relations is followed by an economic project, which articulates the interests of large business groups with the transfer of Brazilian public policies for these countries. This article seeks to systematize, still in exploratory character, the field research carried out in Angola and Mozambique, which mapped the Brazilian insertion in terms of financing, investment and cooperation in both countries.

ANA SAGGIORO GARCIA

Professora do Departamento de História e Relações Internacionais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e pesquisadora do PACS. anasaggioro@gmail.com

KARINA Y. MARTINS KATO

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), e pesquisadora do PACS. anirakato@yahoo.com

Keywords: Angola; Mozambique; South-South Cooperation; BNDES; Brazilian Multinationals.

RECEBIDO EM 25 DE ABRIL DE 2014

APROVADO EM 9 DE JUNHO DE 2014

Enquanto ficarmos reféns da história que nos é contada pelos caçadores, que vão à caça e dizem “matei um leão” e não tivermos a possibilidade de ouvir a história dos animais. [...] Nós ficaremos a cantar a música que vem do caçador... O caçador aqui é o grande projeto, os grandes empreendimentos. Então vamos ficar a espera que algum dia os animais possam contar a sua própria história.¹

1 INTRODUÇÃO

As relações do Brasil com os países africanos já foram objeto de estudo sob diferentes perspectivas como a da história, a cultural e étnica, da linguagem, entre outras. Nosso enfoque privilegiará as relações político-econômicas (comerciais, financeiras, empresariais) do período mais recente da história, a saber, a partir de 2003. Com o governo Lula, a África lusófona ganhou relevância sem precedentes em diferentes campos da política externa brasileira, sob a sigla da “cooperação para o desenvolvimento” e como objeto da expansão internacional de grandes empresas com sede no Brasil, especialmente conglomerados da construção civil e do setor de petróleo, gás e mineração.² Essa expansão se faz acompanhada de forte respaldo político que se reflete no crescimento concomitante de políticas de crédito direto à exportação e de financiamento a projetos empresariais brasileiros realizados no continente africano. Numa perspectiva interrelacionada, e não isolada, a “cooperação para o desenvolvimento” tem refletido diretamente essas novas relações político-empresariais, vindo a se tornar um campo complexo de disputa entre os interesses políticos e empresariais. Tal avanço recente do Brasil sobre a África lusófona, em nossa ótica, pode ser representado pela figura do tripé “investimento – cooperação – financiamento”, cujas pernas apresentam características e dinâmicas distintas, todavia articuladas por um

1 Entrevista com um professor da Universidade de Lúrio (Nampula, Moçambique).

2 Alguns textos que tratam do assunto e que poderão dar uma boa perspectiva das relações Brasil-África nesse período recente são White (2010), IPEA e Banco Mundial (2011), Villas-Bôas (2011) dentre outros.

mesmo projeto político e econômico. Esse é o novo *core* das relações Brasil e África (em especial a lusófona).

Dentre as leituras que reconstróem e valorizam o papel do Brasil na África, podemos destacar, *grosso modo*, duas principais vertentes que se polarizam em dois extremos. A primeira é a denominada *visão hegemônica*,³ e que foca na imagem de um Brasil “parceiro” que estabelece relações horizontais com as contrapartes africanas. Um bom documento que expressa essa perspectiva é o artigo de Celso Amorim (2011) o qual projeta a imagem do Brasil como um modelo a ser seguido, de modo que “para cada problema africano existe[iria] uma solução brasileira”. Essa leitura também é reproduzida por organizações financeiras multilaterais, como o Banco Mundial, que juntamente com o IPEA, afirma o seguinte: “A nova África coincide com o Brasil global” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3).

Do lado oposto, há algumas vozes mais críticas quanto à atuação dos “países emergentes” (sobretudo a China, mas também o Brasil) no continente africano, dotadas muitas vezes de um viés neocolonialista, e que entendem o continente africano como um novo campo de disputa entre potências tradicionais e novas potências emergentes por recursos naturais e acesso aos mercados africanos.⁴ Essas visões, não raro, embora munidas das melhores intenções, apresentam um tom que vitimiza os países e governos africanos e subestima a capacidade de agência desses países. São trabalhos que normalmente reconstróem a presença brasileira na África por meio de uma visão construída desde o Brasil e a partir dos atores brasileiros e que, ainda que cheguem a conclusões

3 Chamamos essa visão de hegemônica porque é reproduzida e naturalizada no senso comum por boa parte de estudantes, pesquisadores, e mesmo movimentos identitários e culturalistas, apoiando-se na tentativa de construção de um consenso em torno de uma atuação política e empresarial de atores brasileiros primordialmente “positiva” nos países africanos, que seria melhor recebida do que outras potências, como a China ou os países europeus. Baseamo-nos na noção de hegemonia de Gramsci (2008).

4 Alguns textos são: Visentini e Pereira (2014), Schlesinger (2012), Cabral (2011) entre outros.

interessantes e importantes, acabam por simplificar demais as relações estabelecidas nessas interações.

Na nossa ótica, ambas as visões guardam um elemento em comum, isto é, a utilização de “lentes” de quem está fora da realidade local. Este trabalho, apesar de bastante exploratório, assume o desafio de dar um passo além dessas leituras. Ele parte da necessidade de escutarmos os atores locais e de nos basearmos nas suas distintas percepções para reconstruirmos as formas como se expressa e como se dá a presença brasileira em Angola e Moçambique. Entrevistamos atores governamentais, empresas privadas, acadêmicos, organizações sociais e sindicais, além de representantes de organismos internacionais. A partir dos seus diferentes lugares de atuação e opiniões, procuramos levantar nas entrevistas sua visão e percepção sobre a inserção do Brasil em seus respectivos países. Apresentaremos aqui uma breve síntese de alguns desses resultados. Centraremos nossa análise em três pontos: tentaremos identificar os quais mais avança a inserção brasileira, as redes de atores e os arranjos institucionais envolvidos nesse avanço; procuraremos refletir sobre o diferenciado papel do Estado em ambos os países e a relação ambígua e por vezes conflituosa que estabelece com os projetos e atores brasileiros; e, por fim, problematizaremos as novas formas de “endividamento Sul-Sul” e suas possíveis consequências para o desenvolvimento do país. Nossa investigação aponta para a necessidade de construção de instrumentos de participação e democratização e de fortalecimento de projeto contra-hegemônico envolvendo os distintos países, cujo objetivo último seja o desenvolvimento efetivo das sociedades brasileira e africana. Em nossa perspectiva, esse é um desafio a ser enfrentado se pretendemos avançar no fortalecimento de relações de cooperação Sul-Sul que correspondam a um projeto de integração pautado na solidariedade e na promoção do desenvolvimento, como anunciado nos discursos oficiais.

2 AS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DO BRASIL EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE: SÍNTESE PRELIMINAR

2.1 Setores, atores e arranjos institucionais envolvidos

A presença brasileira mais marcante nesses países está atrelada à atuação das empresas brasileiras da construção civil e do setor extrativo. Angola lidera como o principal destino dos investimentos privados brasileiros e a Odebrecht é a empresa mais citada por todos os entrevistados. Para além da construção civil, a atuação da Odebrecht em Angola se dá nos serviços de saneamento e coleta de lixo, na extração de petróleo e gás, na produção agrícola (Polo Agroindustrial de Capanda - PAC), na operação de minas diamantíferas, no gerenciamento de supermercados, entre outros. É notória também nas ruas de Luanda a marca da propaganda e das ações de responsabilidade social empresarial implementadas pela empresa. Em virtude da sua forte presença em vários setores econômicos e os vínculos estabelecidos com os mais altos círculos do poder político angolano, segundo boa parte dos entrevistados declararam, a Odebrecht, hoje, é “quase angolana”. “A empresa já tem sua posição consolidada no país” (informação verbal),⁵ tendo firmado relações diretas e sólidas com o governo angolano que prescindem da intervenção ou intermediação do governo brasileiro. Sua atuação já está consolidada no país.

A chegada da empresa a Angola, em 1984, contudo, esteve diretamente associada à atuação do governo brasileiro. Na época, o reconhecimento por parte do governo Geisel da independência de Angola foi importante para facilitar a atuação da empresa. Isso até hoje é lembrado pelos entrevistados como um traço diferenciador da atuação do Brasil no país, fortalecendo os laços entre os dois países. Naquele momento, o Brasil também abriu uma linha de crédito (US\$ 1,5 bilhão) para a construção da hidrelétrica em Capanda, em Malange.⁶ Com o fim da guerra civil (1979-2002), o

5 Entrevista com um representante da embaixada brasileira em Luanda

6 O consórcio para construção da hidrelétrica foi formado em 1982 pela Technopromexport da Rússia, Odebrecht e Furnas.

poder político e econômico da Odebrecht no país se consolidou (informação verbal⁷). As entrevistas enfatizaram a importância política do projeto de Capanda na legitimação do então novo governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A obra, iniciada em 1987, só foi finalizada em 2004 com a concessão de nova linha de crédito brasileira (US\$ 580 milhões, no período 2005-2007). A relevância política do projeto parece ultrapassar sua funcionalidade, porquanto muitos entrevistados consideram o projeto de Capanda como um enorme “elefante branco”, com pouca utilidade social (informação verbal).⁸

É em torno desse mesmo projeto que se situa o principal vetor de ampliação da atuação brasileira no país. Em 2008, o governo angolano anunciou a criação do Polo Agroindustrial de Capanda, construído em Malange. O polo tem 411.000 hectares (sendo 279.000 utilizáveis) destinados à instalação de indústrias, grandes fazendas agropecuárias e pequenas propriedades dedicadas à agricultura familiar. A Odebrecht participa da instalação do polo de duas formas: por meio de uma parceria com a Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda (Sodepac),⁹ e por meio da Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom),¹⁰ biorrefinaria voltada para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica (capacidade de moagem de 2 milhões de cana ao ano).

Como observado, as entrevistas apontaram para a falta de transparência nos contratos públicos estabelecidos por essas empresas e o governo nacional, em particular, para a fragilidade das licitações para obras públicas. Redes político-empresariais,

7 Entrevista com um representante da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), Angola.

8 Entrevista com um representante da Secretaria de Direitos Humanos de Angola.

9 A empresa está a frente de quatro diretorias da SODEPAC: Gestão de Terras, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário e Operação e Manutenção de Áreas Irrigadas.

10 A Damer foi formada com o objetivo de integrar a Biocom (meses antes da celebração do negócio) pelo vice-presidente angolano Manuel Vicente e pelos generais Leopoldino Fragoso do Nascimento (Dino) e Manuel Helder Vieira Dias Junior (Kopelipa).

pouco transparentes, são o principal meio de definição de negócios e de contratos em Angola e o fator primordial levado em conta em processos oficiais de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, a falta de transparência foi associada à qualidade duvidosa dos serviços prestados pela Odebrecht: “Há uma estrada aqui que é a Senador Camara e a Samba também que é a enésima vez que estão a fazer [...] é assustador” (informação verbal).¹¹

Em Moçambique, a marca da presença brasileira está na Vale, em operação no país desde 2004. A mina de Moatize abriu as portas para a atuação da mineradora, que levou a reboque as maiores construtoras brasileiras como a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Inicialmente, o projeto se centrou na exploração de carvão em Moatize, Tete, para ser exportado pelo porto da Beira. A mina de Moatize já passou por ampliações e hoje a Vale está envolvida na realização de uma obra de grande magnitude, a construção do Corredor de Nacala. O projeto envolve a duplicação da linha férrea para viabilizar a exportação do minério pelo porto de Nacala, em Nampula, que tem localização privilegiada de acesso aos mercados asiáticos. Esse projeto visa à consolidação do país como um corredor logístico privilegiado para países africanos e para a Ásia, pelo Mar Índico.¹²

Ademais, a Vale possui também o controle das maiores linhas férreas do país, detidas pela Sociedade Corredor Logístico Integrado de Nacala, uma sociedade entre a Vale (80%) e Caminhos de Ferro de Moçambique (20%). A empresa já investiu cerca de 1,9 bilhão de dólares no complexo mina-porto.¹³ Os investimentos da Vale na região se articulam com a política de cooperação brasileira na área de agricultura, em especial com o ProSavana, como anunciou o representante da APEX na África em entrevista: “Nacala é

11 Entrevista com uma professora da Universidade Agostinho Neto e um professor da Universidade Católica de Angola.

12 Entrevista com um professor da Universidade Lúrio (Nampula).

13 O PAÍS. Vale quer investir 6,4 bilhões USD na expansão da mina de Moatize. *O País*, 6 de julho de 2012. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/economia/38-economia/21021-vale-quer-investir-64-bilhoes-usd-na-expansao-da-mina-de-moatize.html>>. Acesso em novembro de 2012.

o indutor da internacionalização do agronegócio brasileiro” (informação verbal).¹⁴ Nos deteremos sobre essa questão mais à frente.

De maneira diferenciada das avaliações quanto à atuação da Odebrecht em Angola, segundo as entrevistas ressaltaram as expectativas iniciais de geração de emprego e desenvolvimento local não se concretizaram com a chegada da Vale. Entre os fatores explicativos sobressai a pouca estrutura do governo moçambicano para negociar e fiscalizar a atuação de uma empresa com o poder econômico e o porte da Vale. Assim, como avaliações afirmam “o governo foi pego de surpresa pela dinâmica e novos projetos que a empresa trazia para a cidade” (informação verbal).¹⁵ Adicionalmente, ao contrário da Odebrecht, a Vale não efetiva investimento em responsabilidade social empresarial, em propaganda ou em projetos de qualificação de mão de obra local/nacional. Só recentemente, após muita negociação com o governo moçambicano, a empresa foi obrigada a contribuir com um centro de formação em Tete, em parceria com a Odebrecht e a Keltz.

Embora tenha uma atuação mais recente que a Odebrecht, a Vale não depende também da intermediação do governo brasileiro para atuar em Moçambique. A mineradora já tem amplo acesso e abertura, e um grande poder de barganha para negociar com os governos e impor seus interesses. Diante de uma população com pouca experiência em trabalho formal, a entrada da Vale em Tete tem sido acompanhada de muitas denúncias de contratação de mão de obra estrangeira (de outras regiões do país ou de outros países africanos) e de discriminação no tratamento dado a trabalhadores locais/africanos e brasileiros. Esse quadro acentuou os conflitos da empresa com os trabalhadores (gerando embates intramuros) e com a comunidade local (conflitos extramuros).

14 Entrevista com o representante brasileiro da APEX para a África, situado em Luanda.

15 Entrevista com representante do Sindicato Dos Trabalhadores da Indústria de Construção e Minás, Sinticim, em Tete, com o Grupo Moçambicano da Dívida e com representante da Agência de Desenvolvimento Local de Tete (Moçambique).

Na área da cooperação, as entrevistas tanto em Moçambique quanto em Angola apontaram para a formação de quadros africanos como uma marcante dimensão da atuação brasileira. Essas ações se dão por meio das parcerias com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como mediante parcerias instituídas entre universidades e empresas, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outros. Tais projetos ocorrem tanto no âmbito da qualificação de docentes e discentes como de outros quadros técnicos. Em estreita colaboração com atores privados, destacam-se os centros de formação do SENAI que qualificam mão de obra para a construção civil. No âmbito da pesquisa, embora reconheçam a possibilidade de influência brasileira sobre a produção intelectual, boa parte dos entrevistados considerou relevante e positiva a cooperação. Em Angola, destacam-se os programas de qualificação técnica efetivados no âmbito da Sonangol que estabelece convênios com universidades brasileiras no intuito de qualificar seu quadro de funcionários (informação verbal).¹⁶

No tocante à cooperação técnica mais ampla, Moçambique é o principal destino das ações de cooperação brasileira (MRE, 2010). Entre 2010 e 2013, a cooperação brasileira nesse país ultrapassou a casa dos US\$ 70 milhões. O setor agrícola vem sendo o mais expressivo (CHICHAVA, 2011). Deferida cooperação envolve um arranjo institucional complexo, do qual participam a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Ministério da Agricultura de Moçambique, a Agência de Cooperação Brasileira (ABC), o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Organismo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre outros. Uma dimensão importante dessa área é o remodelamento das instituições de

16 Entrevista com o reitor da Universidade Técnica de Angola.

pesquisa agropecuária, que tem o objetivo de remodelar as instituições dos dois países nos moldes da brasileira Embrapa, num projeto de cooperação triangular com a USAID.

Entre os projetos, sobressai o ProSavana. Focando em avançar e ampliar o campo de atuação dos grandes produtores do agronegócio brasileiro, em grande parte do Centro-Oeste, em solo moçambicano. O projeto tem três componentes: a) melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola; b) implementação de projetos produtivos piloto no âmbito da agricultura comercial e familiar; e c) elaboração de um plano diretor integrado de desenvolvimento agrícola para o corredor de Nacala. Desse modo, o corredor logístico de Nacala, que envolve também a empresa Vale, está diretamente relacionado à cooperação brasileira na agricultura.

Segundo o representante da Embrapa entrevistado, o projeto procura incorporar a agricultura familiar (informação verbal).¹⁷ Conforme o entrevistado, a ideia é transpor para a Savana Africana a experiência da agricultura familiar do Sul e do Centro-Oeste do Brasil que, ainda segundo o entrevistado, cresceu nas “franjas” do agronegócio exportador de soja. Contudo, essa ação é bem pequena se considerada a dimensão total do projeto. Esse desenho preocupa ao se ter em conta que a região de Nacala é composta majoritariamente por agricultores de subsistência (80%), os quais implementam uma agricultura bastante tradicional.

Como evidenciado, porém a apreciação de todos esses projetos, a compreensão das suas articulações e o entendimento da complexa arquitetura institucional envolvida são bastante dificultadas pela ausência de informações oficiais disponibilizadas em Moçambique. As informações repassadas são bastante confusas, fragmentadas e, não raro, contraditórias.

Na ótica dos entrevistados da União Nacional de Camponeses (UNAC) de Moçambique a atuação brasileira na área de agricultura e de desenvolvimento rural envolve um complexo jogo de interesses longe de ser “desinteressado” ou horizontal, como expõe os discursos da cooperação Sul-Sul. Na sua avaliação, os

17 Entrevista com um representante da Embrapa em Moçambique.

programas de segurança alimentar e de apoio à agricultura familiar transmitidos pela atuação conjunta do MDA e da FAO, muito embora importantes do ponto de vista do desenvolvimento rural e para aqueles que atuam no campo Moçambicano, não podem ser compreendidos de maneira desarticulada dos grandes projetos encabeçados pela Embrapa e voltados para a agricultura de larga escala. Assim, na visão da UNAC, programas de cooperação como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) seriam “o lado bom da cooperação”, mas teriam um tamanho infinitamente menor que os demais projetos que encarnariam o lado negativo da cooperação, como o ProSavana. A cooperação brasileira, portanto, expressa traços de um “novo colonialismo” que se concretiza na transposição da experiência, das instituições e dos instrumentos de política pública brasileiros para a África (informação verbal).¹⁸

2.2 O papel do Estado e conflitos envolvendo empresas brasileiras

Angola e Moçambique são dois países muito diferentes, apesar de guardarem alguns elementos comuns. Ambos passaram pela colonização portuguesa, por lutas de independência tardias, por guerras civis prolongadas e por tentativas de construção de Estados sob modelo socialista soviético. A colonização e os conflitos armados deixaram marcas expressivas no plano econômico, político, social e cultural dos dois países.

No plano econômico, a influência portuguesa se expressa no ainda forte¹⁹ poder de grupos e produtos portugueses na economia desses países e, em particular, em Angola, no crescente papel de elite política angolana em empresas portuguesas (SANTOS, 2013). No plano político, as amarras se refletem no pequeno número de organizações sociais que não são da base do governo, na dificuldade em se ter participação popular informada nas decisões públicas e nos obstáculos postos àqueles que expressam opiniões

18 Entrevista com representantes da União Nacional dos Camponeses (UNAC) em Maputo.

19 Muito embora os portugueses venham progressivamente perdendo espaço para outros países e, principalmente, para a China e a África do Sul.

críticas às ações do governo as quais, não raro, são associadas a um posicionamento contrário à nação e ao interesse público. Portugal não permitia, durante o regime colonial, atividade política independente. Nesse contexto, qualquer iniciativa organizativa como sindicatos, associações estudantis, étnicas ou regionais, bem como partidos políticos, era encarada como força potencialmente desestabilizadora, sendo sistematicamente suprimida. Por sua vez, a guerra contra a colônia e, depois, anos de guerra civil deixaram um sentimento de aversão a conflitos que, na opinião de muitos entrevistados, leva a uma propensão ao não enfrentamento e à não promoção de debate e de discussões públicas. Todas as entrevistas questionavam, nesse sentido, a possibilidade de construção de processos democráticos, ainda que o país conte hoje com instituições formais, como eleições, partidos e parlamento.

Todavia, ambos os países revelam diferenças fundamentais. Uma das mais relevantes é a forma pela qual o Estado intervém na economia com o objetivo de organizar e planejar os processos econômicos e, portanto, o desenvolvimento. Em Angola, vivenciamos um Estado marcadamente presente, altamente burocratizado e que corresponde ao principal empregador no país, com destaque para o setor de petróleo e para a inchada burocracia. O Estado está no policiamento e controle das ruas, na condução dos investimentos (com o controle sobre as empresas que atuam no país e a seleção de setores prioritários para investimento) e no seio da sociedade civil (em organizações de base filiadas ao partido que congregam mulheres, juventude e camponeses). Em muitos casos, o governo tem participação nos conselhos das empresas, isto segundo as entrevistas está relacionado à possibilidade de recebimento das “comissões” ou propinas em cada investimento realizado, autorizado ou viabilizado (informação verbal).²⁰ As entrevistas confirmam a impressão de que o governo de Angola tem elevada capacidade de intervenção e organização da economia, embora acompanhada de baixa transparência e participação social na tomada das decisões.

20 Entrevista com representante de uma empresa brasileira de transporte urbano em Luanda.

Já em Moçambique, as entrevistas apontam para o papel ambíguo do Estado. Sua capacidade de coerção, repressão de protestos e revoltas de populações e trabalhadores e de controle de posicionamentos críticos da sociedade civil foi ressaltada.²¹ Contudo, muitos relativizaram a força do Estado em conduzir os processos econômicos em curso no país e em negociar e impor condicionais aos investimentos estrangeiros. Refém do endividamento público, o Estado moçambicano foi associado repetidamente a uma suposta “incapacidade” de ação, controle e monitoramento dos investimentos em seu território, especialmente no tocante às questões trabalhistas e ambientais e aos aspectos relacionados com os direitos das comunidades. O resultado dessa equação é um Estado que aparenta relativa fragilidade diante das gigantes empresas multinacionais e do fluxo de recursos provenientes de cooperação e doações, necessárias para fechar as contas nacionais, mas bastante presente no controle da sociedade, das comunidades e dos trabalhadores. Essa fragilidade se acentua com a rapidez nas recentes descobertas de recursos minerais em seu território, a qual ocorre sem um corpo burocrático qualificado para seu gerenciamento e controle.

Essa fragilidade do governo moçambicano foi muito citada nas entrevistas, em especial, ao mencionarem sua incapacidade em negociar e impor condicionais à empresa. Foram relatados conflitos trabalhistas relativos às condições de segurança do trabalho e grandes diferenças salariais entre trabalhadores nacionais e estrangeiros no exercício da mesma função (informação verbal).²² Por seu turno, os reassentamentos promovidos pela empresa revelam muitos problemas e uma incapacidade do governo local e nacional em lidar com a situação. No reassentamento “

21 Informação coletada em entrevistas com organizações da sociedade civil, com acadêmicos e alguns membros do Estado críticos à utilização desses instrumentos.

22 Entrevistas com um representante de uma empresa prestadora de serviços de segurança para a Vale em Tete.

25 de Setembro”,²³ moradores relataram diversos problemas como: a falta de informações claras e de cumprimento dos acordos fechados, o não entendimento da cultura local no momento de elaboração dos projetos de assentamento, a fixação das famílias em áreas onde não podem exercer atividades agrícolas (machamba) e com pouco acesso à água, a localização muito distante dos centros urbanos e distritos, entre outros (informação verbal).²⁴

Adicionalmente, as entrevistas destacaram a importância do governo em “amortecer” os conflitos com a mineradora. Segundo uma entrevistada do governo provincial de Tete:

Tem havido muitas greves por conta da desigualdade dos salários. Odebrecht e Vale tiveram intervenção da polícia nos últimos anos. O Ministério manda a Polícia Nacional para baixar os ânimos [...]. O Ministério tem, como sua área de trabalho, assessorar as empresas, agir com o objetivo de reduzir os conflitos trabalhistas. Ouvem a empresa. [...] depois passamos para os trabalhadores a proposta da empresa” (informação verbal).²⁵ Por conta desses acontecimentos, uma representante do governo central em Maputo apontou para a contribuição da empresa no crescimento dos conflitos entre a população e o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), levando-a a declarar que “a Vale criou condições para que o povo fique contra seu governo (informação oral).²⁶

Angola, por seu turno, calcada nas suas imensas reservas de recursos minerais, com destaque para o petróleo, tem apresentado nos últimos anos um crescimento econômico impressionante. Contudo, consolida-se no país uma sociedade com imensa desigualdade econômica e social. Na capital, se sobrepõem “duas

23 A Vale removeu uma comunidade (cerca de 13.00 famílias rurais) das suas terras para a implantação da mina em Moatize, separando as famílias entre rurais e urbanas em dois reassentamentos: Cateme e 25 de Setembro. Alguns desses conflitos foram documentados em “Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012”, disponível em: <<http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-vale-2012-final1.pdf>>.

24 Entrevista com dois moradores da comunidade 25 de Setembro, em Moatize.

25 Entrevista com representante do Ministério do Trabalho Provincial de Tete.

26 Entrevista com uma representante do Ministério do Trabalho de Moçambique.

Luandas”: de um lado, a pobreza extrema e a falta de acesso a serviços públicos e direitos humanos básicos por boa parte da população; de outro, uma pequena elite nacional e internacional com acesso ampliado aos rendimentos do petróleo, conectada com os fluxos de investimento do mercado global e com perfil de consumo e de vida similar às principais elites globais. Haveria, portanto, a Luanda do petróleo e a Luanda de Angola.

No país predomina o mercado informal. Cerca de 70-80% das pessoas trabalham informalmente, com grande participação de mulheres que são chefes de família (JOSÉ, 2013). A indústria nacional é muito pouco diversificada. Quase todos os produtos de consumo são importados, desde alimentos e tijolos, até outros com maior valor agregado, como eletrônicos e perfumes. Ademais, os sistemas públicos de educação, saúde, transporte, segurança e a infraestrutura são precários. Muitos atribuem essas deficiências a mais de vinte anos de guerra civil. Em Luanda, na capital, ruas luxuosas são cortadas por ruas e travessas com esgoto a céu aberto e diariamente falta luz, o que obriga as classes mais ricas a terem geradores privados. Os ônibus e “candongueiros” (vans que fazem transporte público) servem à camada da população mais pobre e dividem as ruas caóticas da capital com carros luxuosos das classes mais ricas que crescentemente moram em condomínios fechados. Nas zonas periféricas da cidade e no interior do país, a situação é ainda mais precária em face dos resquícios da guerra e da consequente destruição nas infraestruturas.

Moçambique, por sua vez, nos últimos anos foi objeto de receitas das instituições financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com reformas econômicas liberalizantes. Após a independência e dezesseis anos de guerra civil, o Estado moçambicano busca o crescimento econômico pelo incremento dos investimentos estrangeiros, com um padrão de desenvolvimento calcado na exportação de produtos primários, notadamente minerais, e importação de produtos com elevado valor agregado, com baixa diversificação da indústria nacional. Chama atenção a acentuada dependência de ajuda externa para o fechamento do seu orçamento. Sua infraestrutura é melhor que aquela encontrada em Luanda. As ruas de Maputo são mais asfaltadas, há mais saneamento básico e os serviços de oferta

de energia, água e internet são mais bem estruturados. Os serviços à disposição para a população e visitantes em Maputo também são mais sofisticados e a cidade não é tão cara como Luanda.

Em ambos os países, mas principalmente em Angola, que tem pretensões de se tornar uma potência e liderança regional (rivalizando com a África do Sul), a principal questão para os entrevistados eram os caminhos disponíveis para a diversificação da economia e a sustentação do desenvolvimento econômico. Nos dois contextos, a ajuda externa e a transferência de tecnologias via cooperação e políticas de investimento externo eram vistas como condições necessárias, embora não suficientes, para se alcançar o tão almejado “salto de modernização”. Em nenhum dos países a questão ambiental, tal e qual abordada nos países ocidentais, teve muito espaço, sendo ofuscada pelas preocupações com a segurança alimentar.

2.3 Novas formas de endividamento Sul-Sul e suas (potenciais) consequências

Ancorada num processo rápido de crescimento da economia, na exploração acelerada das suas imensas reservas de petróleo, e, sobretudo, aproveitando-se do fácil acesso aos créditos internacionais, em particular da China, Angola tem ampliado sua capacidade de negociação e de barganha em relação aos países europeus e organismos financeiros multilaterais. As entrevistas chamam atenção para o empréstimo do governo chinês a Angola, em 2004, quando este país deixou de negociar com o FMI para tomar o empréstimo sem condicionalidades do governo chinês. Este momento foi um “divisor de águas”, segundo a avaliação de um economista da Universidade Católica de Angola. De acordo com avaliações, naquele momento, as

[p]otências ocidentais estremeceram [...]. No primeiro momento, países da OCDE atacaram, dizendo que a falta de condicionamentos provocaria mais corrupção. No segundo momento, começaram a correr para oferecer linhas de crédito para não perder mercado para a China e outros, que ampliavam sua atuação (informação verbal).²⁷

27 Entrevista com um economista do CEIC, da UCAN, Luanda.

Cabe mencionar, no entanto: recentemente Angola fez uma reforma na sua legislação, estabelecendo um patamar inicial mínimo de US\$ 1 milhão para os investimentos privados e impondo o alinhamento dos investimentos privados com os objetivos, oficiais ou não, do governo (informação verbal).²⁸

Uma importante característica dos atuais empréstimos internacionais em Angola é o uso de *commodities* e matérias-primas como instrumento garantidor dos créditos negociados. É a chamada “conta-petróleo”. Assim os empréstimos atuais, brasileiros ou chineses, não envolvem condicionantes diretos de política macroeconômica e fiscal aos países, mas implicam o empenho contínuo de recursos naturais. Como divulgado, o BNDES estuda a possibilidade de utilizar em Moçambique as mesmas garantias adotadas em Angola, criando um mecanismo de recebíveis lastreados em carvão.²⁹ Porém, a atuação do BNDES nesses países tem sido pequena, diante da magnitude dos investimentos e crédito dirigidos à África. Embora estes sejam determinantes para a internacionalização das empresas brasileiras, como vimos, não são condicionantes da expansão dessas empresas nesses países.

Adicionalmente, ainda que não apresentem condicionalidades, políticas, macroeconômicas e/ou fiscais (como os tradicionais créditos dos países do Norte) os créditos dos países emergentes (incluindo os do BNDES) estão, em regra, atrelados à importação e compra de insumos e maquinário dos países que concedem o crédito. Em relação aos créditos chineses, estes envolvem também a contratação de trabalhadores e, em alguns casos, a realização de licitações na China. Conforme as entrevistas apontaram, isso seria um dos principais limitadores do seu potencial de desenvolvimento, pois impediria efeitos de encadeamento, a transferência de tecnologia e qualificação da mão de obra local.

28 Entrevista com um representante da Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), Luanda.

29 VALORECONÔMICO. País elabora estratégia para se tornar mais competitivo na África. *Valor Econômico*. 8 de novembro de 2011.

Assim, a ampliação das relações financeiras Sul-Sul enfatizaram a geração de novas formas de endividamento entre países do Sul, lastreadas em recursos minerais e energéticos. As entrevistas chamaram atenção para as possíveis implicações desse endividamento para as gerações futuras. Pode-se reforçar com esses endividamentos uma determinada rota produtiva, calcada nas atividades primário-exportadoras e, com isso, anular ou amortecer possibilidades de diversificação da estrutura produtiva. Adicionalmente, evidencia-se o risco do comprometimento e do esgotamento dos recursos naturais (no caso, minerais e energéticos) no médio e longo prazos. Além disso, por serem *commodities*, esses recursos minerais deixam a economia bastante instável e sujeita a oscilações de preços e a especulação no mercado internacional, o que compromete a consolidação de um processo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Em Moçambique, a situação é diferenciada. O país encontra-se em um outro círculo vicioso: o das doações internacionais. Seu orçamento para os gastos correntes depende em aproximadamente 47% de ajuda financeira de países europeus e do Banco Mundial, o chamado grupo de Parceiros Programáticos (G-19).³⁰ Tal situação leva a uma dependência estrutural da ajuda internacional para “fechar as contas”. Com essa dependência, os países doadores interferem diretamente nas suas políticas públicas, em especial nas políticas macroeconômicas e setoriais. De um lado, alguns entrevistados destacaram que as condicionalidades desses empréstimos colocariam em risco a soberania do governo moçambicano na definição das prioridades para o seu desenvolvimento. De outro, representantes dos governo moçambicano e da cooperação internacional defendem a necessidade de imposição de metas de combate à corrupção e do estabelecimento de mecanismos de aperfeiçoamento da governança e da transparência.

30 Integram o G-19 a Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Holanda, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Mundial e seus membros associados, Nações Unidas e os EUA.

Nessa dinâmica, a economia pouco se diversifica e segue dependendo cada vez mais de pacotes de atração de investimentos calcados na concessão de fartas (consideradas excessivas pelos atores entrevistados) isenções fiscais. Empresas como a Vale chegam a ter isenção de impostos garantidas por trinta a cinquenta anos. Alguns entrevistados questionaram a necessidade de tantos incentivos, porquanto as reservas de recursos naturais já seriam atrativos suficientes. O círculo vicioso se forma porque o orçamento segue continuamente dependente de doações dos países centrais, enquanto a entrada de investimento externo direto e o aquecimento da economia, que poderiam representar maior receita governamental e o futuro equilíbrio do orçamento, são anulados pelas crescentes isenções fiscais concedidas e pela concentração dos investimentos em empreendimentos voltados para a exportação.

Assim, para boa parte dos entrevistados, as atividades das empresas multinacionais nesses países se caracterizariam por ser um processo de acumulação com base na exploração desenfreada de recursos minerais e na criação de enclaves econômicos que não se desdobram em processos de desenvolvimento. Em Angola, por exemplo, para além dos hidrocarbonetos, inexistente um setor produtivo nacional capaz de atender ao mercado interno, que segue dependente de importações. Em Moçambique, a situação é semelhante. Em Tete, onde estão as mineradoras Vale, Rio Tinto e Jindal, as estradas são cruzadas a todo o momento por caminhões e ferrovias carregadas de minério de ferro, madeira e outros recursos que são escoados para o mercado internacional. Em contrapartida, as ruas pouco asfaltadas, a ausência de saneamento, a pobreza, as moradias precárias, a falta de mercados para produção local e o elevado custo de vida denunciam o grau de concentração do crescimento econômico e a distância que esse processo tem de uma marcha efetiva de desenvolvimento econômico e social. Sentem-se as “veias abertas” da África.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Muito se fala dos conteúdos programáticos e dos objetivos iniciais dos projetos brasileiros direcionados a Angola e Moçambique. Contudo, pouca ou nenhuma visibilidade é dada

para as formas como são implementados esses projetos e para os atores e arranjos institucionais envolvidos nessa transferência. Foi nessa perspectiva que elaboramos o artigo ora exposto. A “nova África” tem se configurado, cada vez mais, como a principal arena para o exercício das diferentes dimensões de um “Brasil global”. Mas, em que medida esse “Brasil global” e todos os fluxos que são postos em marcha nos países africanos são capazes de responder efetivamente aos problemas enfrentados pelas sociedades de Angola e Moçambique?

A consolidação de mecanismos como a “cooperação para o desenvolvimento” na África lusófona tem potencializado a construção de um consenso hegemônico (no sentido gramsciano) da atuação do Brasil em relação às outras regiões periféricas. E, nesse sentido, o Brasil ocupa uma posição paradoxal de um país explorador e explorado, que subordina e, ao mesmo tempo, é subordinado.

Apesar de ocupar um lugar dependente na estrutura política, produtiva, tecnológica e financeira global, o país vem se diferenciado (juntamente com os demais países emergentes) dos demais países da periferia, angariando lugar cada vez mais importante na estrutura global de reprodução expandida do capital. Mas na proporção em que avança nesse processo, reproduz crescentemente, e a seu modo peculiar, uma lógica imperialista caracterizada pela consolidação de relações de dominação político-econômica com outros países e povos, que se alimenta continuamente da exploração da classe trabalhadora, dentro e para fora das suas fronteiras. Nesse contexto, a “nova África” se encaixa nas estratégias políticas e econômicas de frações da classe dominante brasileira, formada por órgãos governamentais, grandes empresas e, em alguns casos, organizações da sociedade civil que ajudam a legitimar esses mesmos processos de acumulação. Mas em que medida o novo “Brasil global” se encaixa nas estratégias políticas e econômicas da “nova África”?

É do lugar singular ocupado pelo Brasil e do reconhecimento dessas particularidades que devemos buscar pistas para esses questionamentos. Como país alçado no plano global à posição de umas das principais lideranças do bloco emergente e que vem

sendo reconhecido crescentemente pela habilidade em consolidar um modelo de desenvolvimento que combina o crescimento econômico (puxado sobretudo pela exportação de recursos naturais e pela aceleração do consumo interno) com a ampliação de políticas públicas (em especial sociais) de redistribuição de renda e combate à pobreza, o Brasil se coloca numa posição diferenciada ao negociar com esses países. De um lado, é inegável que sua experiência acumulada em lidar com problemas considerados corriqueiros às economias periféricas (desigualdade, pobreza, endividamento, capacidade insuficiente de investimento nacional, etc.) tem muito potencial para contribuir com o desenho de estratégias de desenvolvimento dos governos e das sociedades africanas. O Brasil, nesse sentido, teria um papel importante em dar maior visibilidade e força aos interesses desses países em instâncias políticas e econômicas globais; em proporcionar a transferência de tecnologias, principalmente de tecnologias sociais; em consolidar novas formas de cooperação e integração que rompam com os instrumentos de dominação praticados pelos países do Norte, em oferecer inspiração para políticas sociais, entre outros. Esses fatores, ao que nos parece, têm sido levados em conta, ao menos em parte, pelos governos e sociedades dos países africanos ao estruturar as relações com o país. De outro lado, contudo, como país aspirante à posição de uma das potências do capitalismo global, não se pode ignorar os interesses econômicos e políticos dos principais segmentos das classes dominantes do país em relação à África, muitas vezes interpretada como a nova fronteira de acumulação.

Tanto em Angola como em Moçambique, as perspectivas futuras de atuação brasileira, estão associadas majoritariamente à expansão da agricultura de larga escala para exportação. Ali, o avanço do capital brasileiro se dá na expansão do agronegócio, em especial, na transferência de tecnologia, maquinários e na produção de grãos (soja) e agrocombustíveis para exportação. Por seu turno, as prioridades dos governos angolano e moçambicano têm se voltado para a consolidação de uma agricultura de larga escala de base exportadora. Ademais, a estratégia de atendimento do mercado interno e de garantia da segurança alimentar, embora

conste nos discursos e planos de desenvolvimento do governo, não parece ter muita prioridade nos instrumentos e políticas públicas que são implementados.

Ao longo da pesquisa realizada, para além das relações já estabelecidas com os países africanos em discussão, nossa investigação apontou cada vez mais para o que se sonha para o futuro dessas sociedades. Dentre outros fatores internos a cada país, as relações firmadas com o Brasil foram valorizadas como um dos vetores dotados de potencial para transformar os projetos de desenvolvimento de hoje na realidade de um futuro próximo nesses países. Dos temas prioritários para ampliação da cooperação foram citados a educação, a formação de lideranças, os intercâmbios em pesquisa e a troca de experiências em ciência e tecnologia entre outros. A humanização dos serviços públicos e a ampliação dos investimentos no capital humano apareceram como condicionantes para a ampliação da cidadania e a maior democratização dos processos decisórios. Nesse prisma, o Brasil é tido como inspiração e como aquele país que foi capaz de desenvolver a “tecnologia do diálogo” como instrumento de negociação e de enfrentamento de conflitos. Visto isso, a relação com o Brasil deveria focar, mais do que no resultado em si (o tão citado “salto de modernização”), mas nos processos que possibilitaram a elaboração e a implementação de certas políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do país, adaptando-os à realidade local. Na fala de um entrevistado: “Nós angolanos é que temos que procurar outros Brasis”.³¹

Isso aponta para a necessidade de novos instrumentos interação e de cooperação Sul-Sul que, no lugar da transferência direta de políticas públicas de um país para outro, seja centrada na construção de processos de intercâmbio e de aprimoramento de políticas públicas e dos processos de fomento ao desenvolvimento nos dois países. Ocupam posição especial, nesse sentido, temáticas relacionadas com o fortalecimento de canais participativos e de democratização das decisões, com a incorporação de demandas populares e mecanismos de participação direta, em particular

31 Entrevista com o representante de ADRA, em Luanda.

daqueles grupos mais vulneráveis e quase sempre invisibilizados nos processos de desenvolvimento. Adicionalmente, tendo em vista o crescimento da atuação de empresas brasileiras nesses países, é necessária a priorização de projetos de fortalecimento institucional mútuo entre movimentos sociais e comunidades impactadas por megaprojetos, como os de mineração, petróleo e siderurgia, bem como para a ampliação das articulações de movimentos sindicais e organizações da sociedade civil desses países e Brasil. Um exemplo interessante já em curso, nessa perspectiva, seria o caso da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale.³²

É pela participação e democratização que se poderá avançar na construção de um projeto contra-hegemônico que fomente o desenvolvimento efetivo dessas sociedades, e que permitirá avançarmos na construção e fortalecimento de novas relações de solidariedade Sul-Sul. Conforme um ditado africano a história da caçada é contada sempre a partir da versão do caçador e não da caça, pois essa quando não foge, geralmente já não pode mais falar. O discurso hegemônico, no provérbio africano, está localizado no caçador. Este se fortalece ao reivindicar um caráter universal, de versão aceita e reconhecida por todos como a única versão de um processo determinado, no caso, do desenvolvimento econômico. Trazer à tona e fortalecer as outras versões contestatória a essa narrativa é fundamental para a quebra de antigos padrões de dominação a se repetir continuamente. No caso do provérbio africano, o desafio posto é dar voz e ressonância às múltiplas histórias contadas por aqueles que foram e são perseguidos pelo caçador, mas que fugiram ou se mantiveram fortes o bastante para nos contar sua história.

32 Ver: <<http://atingidospelavale.wordpress.com/>>.

REFERÊNCIAS

- ABC & EMBRAPA. **Projeto de melhoria da capacidade de pesquisa e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no corredor de Nacala em Moçambique (ProSavana - TEC)**. Resumo executivo. junho de 2011.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DA EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTO (APEX). Angola: Estudo de Oportunidades 2010. Disponível em: <www.apexbrasil.com.br>. Acesso em: ago. 2011.
- AGNELLI, R. Uma nova Pangeia. **Folha de São Paulo**, 16 de agosto de 2009.
- ALEM, A.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.
- ALEM, A. C.; CAVALCANTI, C. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: Algumas reflexões. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, dez. 2005.
- AMORIM. A África tem sede de Brasil. **Carta Capital**, 28 de maio de 2011.
- AMORIM. C. **Política externa é uma política pública como as demais**. Está sujeita à expressão das urnas. 61. ed. Desafios do Desenvolvimento, Brasília: IPEA, ago. 2010.
- AMUNDSSEN, I.; ABREU, C. **Sociedade civil em Angola: incursões, espaço e responsabilidade**. Bergen: CHR - Michelsen Institute, 2007.
- CABRAL, L. Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios. **Textos CINDES**, Rio de Janeiro, n.26, dez. 2011.
- CARNEIRO, J. D. Angolanos olham para o Brasil, mas brasileiros não olham para Angola, diz escritor. **BBC Brasil**, 9 de setembro de 2011.
- CASTRO, C. M.; GOULET, F. **L'Essor des Coopérations Sud-Sud: le Brésil en Afrique et le cas du secteur agricole**. Techniques financières et développement, n. 105, 2011. [s/l].

CHICHAVA, S. As economias emergentes” no sector agrícola moçambicano: leituras, implicações e desafios. In: BRITO, L. de. et al. **Economias “emergentes”**: desafios para Moçambique. Maputo: IESE, 2011.

CHUQUELA, F. J. P. Com descoberta de recursos, Moçambique entra numa posição “privilegiada e de risco”. **Verdade**, 16 de maio de 2012.

FELLET, J. Laços com presidente e obra durante a guerra marcam atuação da Odebrecht em Angola. **BBC Brasil**, 18 de setembro de 2012.

FIOCRUZ. A cooperação internacional desenvolvida pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz com a África. **Boletim técnico internacional 2008**, Rio de Janeiro, dez. 2008.

GARCIA, A.; KATO, K.; FONTES, C. **A história contada pela caça ou pelo caçador?** Perspectivas do Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: PACS, 2012. [s/l].

GARCIA, A. E. S. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula**: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GIUGALE, M. **Who will be Africa's Brazil?** The Huffington Post, 21 de março de 2012.

GOULET, F.; GABAS, J.J.; SABOURIN, E. À l'épreuve du terrain. Des pratique brésiliennes et chinoise de coopération technique agricole en Afrique. **Sociologies Pratiques**, n. 27, p. 75-89, out. 2012

GRAMSCI. **Selections from the Prison's Notebooks**. Nova Iorque: International Publishers, 2008.

IPEA; ABC. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira Cooperação, 2010.

IPEA; BANCO MUNDIAL. **Ponte sobre o Atlântico**: Brasil e África Subsaariana parceria Sul-Sul para o crescimento, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/111222_livropontesobreoatlanticopor2.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

JOSÉ, M. Zungueiras de Luanda causam polémica. **Voz da América**, 29 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Balanco de Política Externa 2003-2010**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/>>.

PORTAL NIKKEI. ProSavana: Brasil, Japão e Moçambique discutem cessão das terras. **Jornal Nippak**, 20 de abril de 2012.

SANTOS, Q. É presidente de Angola que faz da sua filha uma milionária, acusa a Forbes. **Público**, 14 de agosto de 2013.

_____. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian atlantic policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 169-183, 2010.

SARAIVA, J. F. S. **África parceiro do Brasil Atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos internacionais do Brasil**: a internacionalização do etanol e do biodiesel. Rio de Janeiro: FASE, 2012.

SCHMITZ, G. de O. Mapeando a cooperação para o desenvolvimento. **Desafios do Desenvolvimento**. 65 ed. 2011.

SEIBERT, G. **Brazil in Africa**: ambitions and achievements of an emerging regional power in the political and economic sector. [s/l, s/d] Disponível em: <<http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/1-20/panel-8/Gerhard-Seibert-Full-paper.pdf/>> . Acesso em: abr. 2014.

SELEMANE, T. **Questões a volta da mineração em Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2010.

SENNES, R.; MENDES, R. Políticas públicas e multinacionais brasileiras. In: ALMEIDA, A.; RAMSEY, J. R. (Orgs.). **A ascensão das multinacionais brasileiras**. O grande salto de pesos-

pesados regionais a verdadeiras multinacionais. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2009.

STOLTE, C. **Brazil in Africa:** just another BRICS country seeking resources? Chatham House, nov. 2012.

VILLAS-BÔAS, J. C. Os investimentos brasileiros na África no governo Lula: um mapa. **Meridiano 47**, Brasília, v. 12, n. 28, p. 3-9, nov./dez. 2011

VISENTINI, P. G. F.; PEREIRA, A. D. **A política africana do governo Lula.** [s/l, s/d] Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

WHITE, L. Understanding Brazil's new drive for Africa. **South African Journal of International Affairs**, v. 17, n. 2, p. 221-242, ago. 2010.